

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1471824 - MA
(2019/0079339-1)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : DORIVAM PEREIRA LIMA
AGRAVANTE : MARIA ONEIDE ALVES MARINHO
AGRAVANTE : CARLA ADRIANA GOMES DA COSTA SILVA
AGRAVANTE : MIRYAN CHRISTINA DE FREITAS ARAUJO
AGRAVANTE : DEUSIANE NASCIMENTO ALMEIDA
AGRAVANTE : GARDENIA PINHEIRO SILVA E SILVA
AGRAVANTE : IZANE SILVA PINHEIRO
AGRAVANTE : ADEYLZA ARAUJO DA SILVA E SILVA
AGRAVANTE : JACILANY CABRAL DE SOUSA
AGRAVANTE : SUELIR DOS SANTOS VELOSO
AGRAVANTE : WALLAS ALVES SOUSA
AGRAVANTE : SILVANDA COELHO DA COSTA
AGRAVANTE : AGEU VIEIRA DA SILVA
AGRAVANTE : JOSE LUCENA LIMA
AGRAVANTE : JOSE BARROS DOS SANTOS
AGRAVANTE : CARLOS JORBEL BARROS SANTOS
AGRAVANTE : GEOVANE OLIVEIRA DA SILVA
AGRAVANTE : PATRICIA MARQUES SILVA RIBEIRO
AGRAVANTE : PATRICIA AMERICO TEIXEIRA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : WANNY CRISTINA SOUSA DA SILVA
AGRAVANTE : SANDRA REGINA RIBEIRO DA SILVA SOUSA
AGRAVANTE : FRANCISCA MOTA DA SILVA NETA SOUSA
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA LIMA SILVA
AGRAVANTE : WILANE SOUSA DA SILVA
AGRAVANTE : EVANILSA DA SILVA VIANA SAMPAIO
AGRAVANTE : RENATO SILVA GOUVEIA
AGRAVANTE : LIVALDINA ALVES MOREIRA
AGRAVANTE : IATA ANDERSON SERENO GONCALVES
AGRAVANTE : MAURICIO RODRIGUES LEAL
AGRAVANTE : ALEX ADAMS ALVES PEREIRA SOUSA
AGRAVANTE : EMANUEL VASCONCELOS DA SILVA
AGRAVANTE : MARCIA REGINA REIS DE SOUSA
AGRAVANTE : EDINEIA PEREIRA COSTA
AGRAVANTE : ADRIANA CHIQUITO MARTINS
AGRAVANTE : JOCIANE PEREIRA DE FREITAS
AGRAVANTE : GUIANA DE SOUSA FERNANDES
AGRAVANTE : RAIMUNDA MARIA NUNES DE MORAES
AGRAVANTE : MARIA RAIMUNDA XAVIER DE SOUSA
AGRAVANTE : JOYCE KAROLINE RODRIGUES DE MORAES LIMA
AGRAVANTE : ELDA RODRIGUES DE MORAES LIMA
AGRAVANTE : MARIA LUCIA COSTA PASSINHO
AGRAVANTE : ANDREA MACEDO CARVALHO
AGRAVANTE : ANTONIO LIMA CUSTODIO
AGRAVANTE : MARIA DE FATIMA VASCONCELOS DA SILVA
AGRAVANTE : SAMARA CRISTINA SILVA DE MELO
AGRAVANTE : GERSONITA CARDOSO DA CRUZ

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVANTE : GESSE RAMOS DA SILVA
AGRAVANTE : KERLITA DE PAULA SABINO DA COSTA DE
QUEIROZ
ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO MORAES - MA003715
DANYELLE SANTOS MORAES - MA007917
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PRESIDENTE DUTRA
PROCURADOR : AF ALI ABDON MOREIRA LIMA DA COSTA E
OUTRO(S)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL VIOLADOS E INTERPRETADOS DIVERGENTEMENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso que não aponta o dispositivo de lei federal violado ou interpretado de modo divergente pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora